Art. 8º À Diretoria Científica compete planejar, captar recursos, selecionar programas, projetos e atividades, ligados à área de fomento e de apoio à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Educação Superior, Profissional e Tecnológica (SECTET) na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte à expansão da oferta do ensino superior, a partir das diretrizes e políticas públicas definidas pelo Conselho Superior e de acordo com as finalidades institucionais desta Fundação, bem como ordenar as atividades das Câmaras de Assessoramento, e ainda substituir o Diretor-Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 11. § 1º As Câmaras de Assessoramento Científico, organizadas por áreas de conhecimento, definidas pelo Diretor-Presidente, serão integradas por pesquisadores de notório saber, com título de Doutor, livremente escolhidos pelo Diretor-Presidente, presididas por um coordenador cujas competências serão definidas no estatuto da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA).

§ 3º A composição das Câmaras de que trata este artigo será alterada a cada período de 2 (dois) anos, conforme dispuser o estatuto da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA).

§ 4º A função dos membros da Câmara de Assessoramento Científico é honorífica, sendo considerada de relevância pública.

Art. 14. Nos termos previamente estabelecidos em instrumento de concessão de financiamentos e outros estímulos à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação, os bens gerados ou adquiridos no âmbito de projetos de estímulo à ciência, à tecnologia e à inovação serão incorporados, desde sua aquisição, ao patrimônio da entidade recebedora dos recursos.

§ 1º Na hipótese de instrumento celebrado com pessoa física, os bens serão incorporados ao patrimônio da Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) à qual o pesquisador beneficiado estiver vinculado.

§ 2º Quando adquiridos com a participação de fundação de apoio, a titularidade sobre os bens observará o disposto em contrato ou convênio entre a Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) e a fundação de apoio.

Art. 2º Revoga-se o parágrafo único do art. 7º da Lei Complementar Estadual nº 061, de 2007.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO, 29 de agosto de 2022.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

Protocolo: 846747

DECRETO Nº 2579, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Aprova a Estimativa da Receita do Estado, a Programação Orçamentária e o Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, para o Terceiro Quadrimestre de 2022, e dá outras providências. O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 135, inciso V, da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 50 da Lei nº. 9.292, de 19 de julho de 2021 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aprovada a Estimativa da Receita do Estado, a Programação Orçamentária e o Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para o terceiro quadrimestre do exercício de 2022, na forma dos Anexos a seguir discriminados:

I - Anexo 1 - meta quadrimestral da receita do Estado, com especificação em metas bimestrais de arrecadação, desdobradas pela origem dos recursos;

II - Anexo 2 - quotas orçamentárias mensais, discriminando as despesas por unidade orçamentária, programa, grupo de despesa e fonte de financiamento;

III - Anexo 3 - cronograma de pagamento mensal das despesas à conta de recursos do Tesouro e de outras fontes, por grupo de despesa.

Art. 2º. As quotas orçamentárias mensais de que trata o Inciso II do artigo 1º serão disponibilizadas mensalmente no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM), em observância ao § 3º do artigo 50, da LDO/2022.

Art. 3º - As alterações nas quotas orçamentárias de que trata o inciso II do artigo 1º deste Decreto, serão formalizadas mediante Portaria do titular da SEPLAD, após comprovação da disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 25 de agosto de 2022.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado do Pará

IVALDO RENALDO DE PAULA LEDO

Secretário de Estado de Planejamento e Administração

ANEXO 1 DO DECRETO Nº 2579 DE 25 DE AGOSTO DE 2022

META QUADRIMESTRAL DA RECEITA DO ESTADO PELA ORIGEM DOS RECURSOS

3º QUADRIMESTRE - 2022

Art. 8º da Lei Complementar 101/2000 e § 1º do Art. 50 da LDO/2022

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R\$ 1,00					
	SETEMBRO	OUTUBRO	5º BIMESTRE	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
RECEITA CORRENTE	2.640.921.817	2.665.627.693	5.306.549.510	2.766.086.112	2.928.926.905	11.001.562.527
Receita Tributária	1.637.152.409	1.661.713.817	3.298.866.226	1.676.338.192	1.802.835.865	6.778.040.283
Receita de Contribuições	162.506.799	162.506.799	325.013.598	162.506.799	162.506.799	650.027.196
Receita Patrimonial	15.206.011	13.933.487	29.139.498	15.090.304	15.446.486	59.676.288
Transferências Correntes	787.001.750	826.000.163	1.613.001.913	907.393.059	943.324.063	3.463.719.035
Outras Receitas Correntes	39.054.848	1.473.427	40.528.275	4.757.758	4.813.692	50.099.725
RECEITA DE CAPITAL	7.221.659	7.221.659	14.443.318	7.221.659	7.221.659	28.886.636
Operações de Crédito	5.000.000	5.000.000	10.000.000	5.000.000	5.000.000	20.000.000
Alienação de Bens	2.221.659	2.221.659	4.443.318	2.221.659	2.221.659	8.886.636
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-
RECEITA VINCULADA DO TESOURO	384.659.134	268.763.723	653.422.857	258.357.387	254.656.148	1.166.436.392
RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	186.888.352	176.490.485	363.378.838	170.932.999	82.176.159	616.487.996
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	135.004.750	135.004.750	270.009.499	93.250.082	2.004.750	365.264.330
TOTAL BRUTO	3.354.695.712	3.253.108.310	6.607.804.022	3.295.848.239	3.274.985.620	13.178.637.880
DEDUÇÃO DA RECEITA	729.381.856	747.212.054	1.476.593.910	765.745.646	763.890.739	3.006.230.295